

GLOBALIZAÇÃO PRODUTIVA E A RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL NO ESTADO DE MATO GROSSO: O CASO DE LUCAS DO RIO VERDE

Natalício Pereira Lacerda
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Marinês Orlandi Taveira Chioveto
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Arnaldo Taveira Chioveto
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Wylmor Dalfovo
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

Resumo

O presente estudo tem por objetivo investigar e analisar o processo de ocupação e reconfiguração territorial do município de Lucas do Rio Verde no norte Mato-Grossense, originário de projetos de colonização pública nos anos de 1980. A escolha do objeto de estudo deu-se em função das peculiaridades históricas que envolveram a implantação de seu projeto de colonização e pelo seu dinamismo econômico baseados na produção de commodities. Para esse fim, o estudo baseou-se em uma revisão sócio-histórica e análise empírica a partir de dados oficiais, imbricada ao materialismo histórico-dialético sobre as políticas de ocupação do território pautado e a reconfiguração fundiária territorial do município.

Palavras Chaves: Reconfiguração territorial. Política pública. Região e Território. Lucas do Rio Verde/MT.

1. INTRODUÇÃO

O processo de ocupação e integração econômica do município de Lucas do Rio Verde ocorreu amparado por políticas públicas, que aplicava à lógica de interesses exógenos para a região. As consequências sociais da integração dessas áreas a economia globalizada e ao capital internacional ocorreram com a introdução da cultura mecanizada a partir de sua ocupação efetiva ao final da década de 1980, oportunizada pelas práticas da modernização agropecuária na década de 1960 (Revolução Verde)¹, fato que modificou as bases estruturais da agricultura e do espaço rural brasileiro, impactando com maior propriedade na nova fronteira agrícola brasileira, como menciona Schallenberger e Schneider (2010), onde encontra-se o município de Lucas do Rio Verde

Nesta perspectiva segundo Cunha (2006), o que se percebe em Mato Grosso é um Estado, em termos migratórios, muito aquém daquilo que foi na década de 1970 e parte dos anos 80, fruto do progressivo desaparecimento de um dos fatores que mais contribuíram para a sua ocupação: a expansão e/ou manutenção das áreas de fronteira agrícola. Este desaparecimento se dá quando o homem, a partir da exploração do novo espaço, o territorializa, o que lhe dá meios para a ocupação de novas áreas menos exploradas.

O município de Lucas do Rio Verde foi viabilizado pelo Programa de Colonização Dirigida propunha assentar famílias de sem terras oriundas do Estado do Rio Grande Sul nos anos de 1980. Os assentados, totalizando 203 famílias, eram originários do acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta/RS. Para Lucas do Rio Verde também se deslocou um grupo de 50 famílias de São Paulo ligadas à Cooperativa Agroindustrial Holambra. Os lotes distribuídos variavam de 100 a 500 hectares. Essas pessoas foram vinculadas à Cooperativa Lucas do Rio Verde (COOPERLUCAS) que, juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), foi responsável pela assistência técnica dos posseiros e parceiros, influenciando, segundo Rocha (2006), na organização, planejamento e estruturação do núcleo urbano do município.

Uma evidência desse fato foi o processo de desenvolvimento econômico do município que foi alavancado com a implantação do Programa Nipo-Brasileiro de

¹ É a introdução de um “pacote” tecnológico baseado um modelo mundial da década de 1960, que introduzia o uso de insumos agrícolas e de maquinário no uso do solo, implementado para o aumento “da produtividade do trabalho e rendimentos da terra em vista da crescente urbanização das cidades, pelo crescimento demográfico e a expansão em larga escala da prática da monocultura” (CHIOVETO, 2014, p.28).

Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado (PRODECER)² em 1985. O convênio firmado entre Brasil e Japão tinha como objetivo financiar pesquisas para o cultivo de soja no Cerrado mato-grossense, que possibilitou promover a industrialização da agricultura e a construção de um complexo agroindustrial para atender à demanda externa de soja. Em uma segunda etapa, (Projeto Piúva), área incorporada ao PRODECER II³, o processo de seleção desses assentados envolveria migrantes que tinham experiência em agricultura, possuíam recursos próprios e aptidão ao cooperativismo. Essas famílias também foram incorporadas à COOPERLUCAS, que lhes daria infraestrutura e assistência técnica (ROCHA, 2006).

Essa política repercutiu satisfatoriamente. A partir da década de 1990 observou-se um avanço na produção agrícola de Mato Grosso, tendo a soja como carro-chefe. Passaram a atuar na região as grandes companhias internacionais, empresas que passam a comandar o desenvolvimento da região. Com isto, o objetivo da ocupação dessas áreas não é mais da colonização baseada na distribuição de terras, povoamento e fundação de cidades e sim na incorporação de novas áreas ao processo produtivo, em uma expansão cada vez maior da produção de grãos destinada à exportação. Esse fato veio contribuir para adoção de um modelo econômico baseado no crescimento e não no desenvolvimento como um todo (LACERDA, 2008).

Com a vinda dessas empresas, os municípios localizados no Cerrado, como Lucas do Rio Verde, começam a se destacar, atraindo investimentos agroindustriais, fato que favoreceu o aumento de contingentes populacionais na busca de ocupação da mão de obra, atraindo migrantes de várias regiões do Brasil. Conforme apontam Santos e Silveira (2001), esses espaços caracterizam-se pela sua inserção numa cadeia produtiva global, pelas relações distantes e que criam sua lógica externa. Mas o território não é “global”, pois o comportamento dos indivíduos e dos lugares são influenciados e subordinados pelas experiências locais, acarretando efeitos não desejados e não previsíveis.

² Organizado no início de 1970, incentivava a vinda de japoneses para atuarem na agricultura nos países de grande extensão territorial, o Japão buscou a diversificação das fontes de suprimento alimentar, em vista do aumento de preços dos produtos agrícolas, causada pela redução nos volumes de trigo, milho e arroz, provocado pelas aquisições da União Soviética, pela crise do petróleo e pelo embargo americano às exportações de grãos e farelos (OSADA, 1999).

³ Iniciada em 1985, o programa passou a atuar no Centro-Oeste por meio do assentamento de colonos selecionados por cooperativas credenciadas em seis projetos, sendo um no Mato Grosso do Sul, três em Goiás e dois no Mato Grosso, incorporando uma área de 200 mil hectares, com investimento japonês (YOKOTA, 1997).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Visando a um melhor encaminhamento da pesquisa foram adotados a perspectiva sócio-histórica imbricada ao materialismo histórico-dialético. O estudo partiu do território ocupado e as relações de produção capitalistas, fundamentada na propriedade privada, que dividem o espaço, convertendo-o em mercadoria. Para isto, foi utilizada a pesquisa bibliográfica feita em documentos oficiais (decretos, leis, em revistas, jornais, mapas e páginas eletrônicas), na construção de uma discussão sobre políticas públicas de ocupação e reterritorialização do espaço, a partir de uma discussão sobre região e território. Para entender este processo, se definiu como objeto de estudo o município de Lucas do rio Verde, usando para isto uma análise empírica a partir de dados oficiais, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Secretaria do Estado de Administração e Planejamento do Mato Grosso (SEPLAN/MT).

3. AS POLÍTICAS PARA OCUPAÇÃO E A RECONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA DO TERRITÓRIO MATO-GROSSENSE NA AMAZÔNIA LEGAL

A Amazônia mato-grossense é parte da Amazônia Legal⁴, ocupando posição geopolítica estratégica em relação às Américas, como forma de ocupação e uso do solo diferenciado, como apresenta Benchimol (2002): Arco do Povoamento Adensado, Amazônia Central e Amazônia Ocidental. O Mato Grosso integra o Arco do Povoamento Adensado, correspondente à parte do Acre e do Amapá, além dos Estados de Rondônia e Amapá.

Desta forma, esta região amazônica veio recebendo do Estado um planejamento diferenciado em relação a outras regiões brasileiras, em vista das políticas integralistas e de segurança nacional que se fizeram presente de forma mais intensa no período militar, quando algumas reformulações foram feitas através de substituições e reformulações de diversas instituições, dentre as quais: o Banco de Crédito da Amazônia pelo Banco da Amazônia (BASA), a SPVEA pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1966; a Fundação Brasil Central (FBC) pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), em 1976.

A partir de tais medidas, Oliveira (1994) menciona que para houvesse a integração regional e ocupação das fronteiras internacionais, haveria a necessidade de

⁴ Lei 1.806 de 06.01.1956: Os estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e as regiões situadas ao norte do paralelo 13° S dos estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do estado do Maranhão.

incentivos fiscais específicos para construção de rodovias e de assentamentos de colonos a ocupação das regiões Norte e Centro-Oeste.

Para isto, foram criados diversos programas que visavam estimular a ocupação da região, como aponta Moreno (2005a): o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA); o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA); o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE).

Contudo, ao considerar a integração do norte do país com suas extensas áreas territoriais ao restante do país, esta se oportuniza por meio de vias de acesso e escoamento da produção, o governo federal transferiu o 9º BEC (Batalhão de Engenharia e Construções) do Exército do Estado do Rio Grande Sul para Cuiabá, como menciona Oliveira (1994), tendo como uma das principais ações a construção da BR-163, considerada a principal via de ligação do Sul ao Norte do país, ligando Santarém à Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso.

A esta meta em ação, vários planos e políticas públicas foram implementados encorajando as migrações da população para o interior, quando foi implantado o PIN (Plano de Integração Nacional) em 1970 que incentivava a ocupação populacional do Oeste brasileiro, com o lema “integrar para não entregar” (HIGA, 2005).

Tais objetivos visavam ocupar e expandir a fronteira. Para tal, o governo federal implementou políticas de subsídios e incentivos fiscais para quem ocupasse as áreas destinadas à colonização agrícola. Com isto, foram criados projetos, como: o Projeto de Assentamento Rápido (PAR); Projeto de Assentamento (PA) e o Projeto Integrado de Colonização (PIC). Nesse contexto, o governo federal e estadual estimulou a migração, esvaziando as áreas de tensões sociais pelo país, caracterizadas pelos conflitos fundiários, para as regiões consideradas “desocupadas”, como do Mato Grosso, desconsiderando os indígenas, caboclos e posseiros que ali viviam (CAVALCANTE; ANDRADE, 2006).

Neste intuito, “nasce” o Mato Grosso. Com extensão territorial de 903.329,700 km², representando 10,55% do território nacional, pertencente à região Centro-Oeste brasileira (IBGE, 2010a), tem papel de destaque no processo de ocupação da nova fronteira brasileira. Ao considerar apenas a área de influência da BR-163 neste Estado, o papel do INCRA se pôs de duas formas: a criação e demarcação dos espaços de colonização pública

ligados aos projetos de regularização fundiária ou de criação de assentamentos e a sociedade do Estado com cooperativas, na criação de projetos de colonização.

O Quadro 1 apresenta os projetos colonizatórios de 1978 até 1981, onde o Mato Grosso começa a fazer parte efetiva do processo de ocupação.

Quadro 1: Principais projetos de colonização público/privado no Estado de Mato Grosso – 1978 a 1981.

Município	Empresa ou órgão	Implantação
Terra Nova do Norte	INCRA e Coopercana	1978
Peixoto de Azevedo	INCRA e Coopercana	1980
Novo Mundo	Assentamento pelo INCRA	1981
Lucas do Rio Verde	Assentamento pelo INCRA	1981
Guarantã do Norte	Tritícola de Erechim e INCRA	1981
Carlinda	INCRA e Cooperativa Cotia	1981

Fonte: Adaptado de Ferreira (1997) e Oliveira (1987).

Entre 1964 a 1985 não existia espaço para uma reforma agrária que diminuísse a desigualdade social. Na maioria dos casos, o que se viu foi a criação de assentamentos para fixar mão de obra barata perto de fazendas. Incentivos fiscais e empréstimos foram facilitados para a ocupação das chamadas fronteiras agrícolas, que beneficiaram principalmente o estabelecimento das grandes propriedades para agricultura ou pecuária.

3.1 Política de integração de mato grosso: um olhar de região e território

Ao entender como se deu o processo de ocupação territorial de Mato Grosso a partir da década de 1970, a discussão de ocupação perpassa pela compreensão de região e território, local das ações do indivíduo.

A compreensão de região como sinônimo de territorialidade de um grupo, com “as suas características de identidade, exclusividade e limites dada a presença única desse grupo, sem outra mediação” é evidenciado por Santos (1996, p. 35). Mas a territorialidade de dada região se modifica conforme há mudanças no meio. Há momentos distintos que as mudanças se acentuam. Na década de 1950 o olhar que se faz sobre o mundo e a paisagem são “o olhar sobre o espaço lento” (MOREIRA, 2007, p.56). Mas é na década de 1970 que há uma nova compreensão de mundo polarizado, em contato e distanciado, com reorganização dos espaços por meio da divisão social de trabalho e das trocas da economia industrial. Mas ao final da década de 1990 o choque novamente ocorre a partir desta unificação e polarização do espaço, onde surge a ideia de conexão, de relação, de rede.

Vira uma reorganização de insumos, produtos e cultura, no intuito de fortalecimento de uma região.

Portanto, as regiões não são vistas como homogêneas no espaço, aonde o crescimento ocorre de formas variadas, tendo sua importância pelo capital que oportuniza. Essa visão é vista por novas conexões orgânicas, em uma relação entre o campo e cidade, por meio do fluxo de mão de obra, de produtos, serviços e atividades agroindustriais.

Com essa perspectiva de fortalecimento do espaço, renasce a região, ao qual Haesbaert (1999, p.15-16) ressurgida de “regionalismos, identidades regionais e de novas-velhas desigualdades tanto a nível global como intranacional”. Haesbaert (2005) também reafirma a heterogeneidade e a fragmentação do termo região. Hoje, o conceito de região é considerado polissêmico em vistas da variedade de interpretações e aplicações pelas mais variadas áreas de ciência. Mas o que prevalece é a ideia de recorte ou delimitação que o termo região abriga, indicando movimento, evidenciando que o que enfrentamos hoje é a regionalização do espaço indissociada ao tempo.

Assim, não há como identificar ou analisar uma região sem relacioná-la com o período que se olha, delimitada pela ação dos sujeitos e na interação que estes produzem. Se região é entendida como recorte espacial, diferencia-se de outras por um vetor dominante, que pode ser de âmbito funcional ou natural. Já a regionalização pressupõe uma prática de planejamento ou um plano de desenvolvimento regional. Para Limonad (2004), a região e a regionalização são construções sociais que atende a interesses políticos precisos.

Este entrecruzamento dos sujeitos e dimensões é visto neste início de século XXI como o novo olhar sobre a nova realidade do mundo, ao que Santos (1993) já afirmava que o que faz a região é a coerência funcional que a distingue das outras entidades, vizinhas ou não. Não há região se não houver o deslumbramento de novas projeções de regionalização e desenvolvimento local, o que faz surgir o território.

A compreensão de território complementa o termo região, sendo diferente entre si. A região é o espaço de ação e o território é a ação do homem nesta região, como mencionado por Chioveto (2014). Portanto, território são as ações dos homens, com interesses e poder que o espaço geográfico dá a sua população.

Nas diversas facetas que o termo território impõe, um deles é pela visão de Raffestin (1993), o qual o vê como território nacional, espaço físico, onde se encontra uma população, uma nação, tendo um caráter político-administrativo, marcado e medido por

limites e fronteiras feitas pelas ações do trabalho do homem. Já para Haesbaert e Limonad (2007, p. 45), o território como espaço administrativo só tem sentido se visto como espaço da cultura e da economia de uma nação e é na perspectiva econômica que ocorre a “desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”.

Contudo, o que realmente ocorre no território é a (multi)territorialização: é o espaço visto como poder entre as pessoas, a busca e construção de riqueza pela ação do homem, que se dissemina em múltiplos territórios complexos (multiterritorialização) (HAESBAERT, 2005).

Nisto, a multiterritorialidade nos espaços geográficos se constrói, acentuam e se movimentam conforme o fluxo da territorialidade, expostas nas novas fronteiras agrícolas, criando novos territórios que recebem pessoas e capitais, interferindo e impondo culturas, conhecimento e riqueza geradores de trabalho e renda, num contínuo da distribuição social do trabalho neste milênio.

3.2 Globalização e as reconfigurações territoriais no norte de Mato Grosso

O município de Lucas do Rio Verde nasceu na segunda metade da década de 1970, a partir da política de integração nacional promovida pelo governo militar. Estradas eram necessárias ao povoamento e à ocupação territorial, que foi oportunizada pela abertura da rodovia BR-163, ligando Cuiabá (MT) a Santarém (PA). Em 1977, chegaram alguns colonizadores (posseiros) e em 1979 a região já contava com 26 famílias que se concentravam na região do Lago Azul, cogitado inicialmente para sediar o município.

Neste contexto, surge o Projeto Especial de Assentamento Lucas do Rio Verde em 1981, pelo INCRA em parceria com a Cooperativa Holambra, que buscavam arrefecer as tensões sociais que se avolumavam pela Reforma Agrária na região Sul do Brasil.

O PAC Lucas do Rio Verde foi o projeto mais importante em Mato Grosso em termos de superfície, com cerca de 220.000 hectares, estabelecido em um território onde já existiam posseiros em mais de 65.000 hectares, fato peculiar e diferente dos outros PACs, que foram desenvolvidos em espaços desocupados. O projeto previa a venda de lotes de 200 hectares, cuja metade deveria ser mantida em reserva florestal. Os lotes deveriam ser pagos pelo colono em um prazo de 20 anos, sendo ocupados, aproximadamente 197 mil hectares de cerrados e fitofisionomias de domínio amazônico (DLUZNIEWSKI, 2006).

No fim de 1982, o INCRA regularizou os posseiros instalados antes da realização do PAC e procurou parcerias para organizar as ocupações das terras que ainda

se encontravam desocupadas. A COOPERLUCAS, cooperativa de empresários rurais do interior do Estado de São Paulo ligada à cooperativa Holambra, assinou acordos com o INCRA para a instalação de 900 famílias associadas à cooperativa.

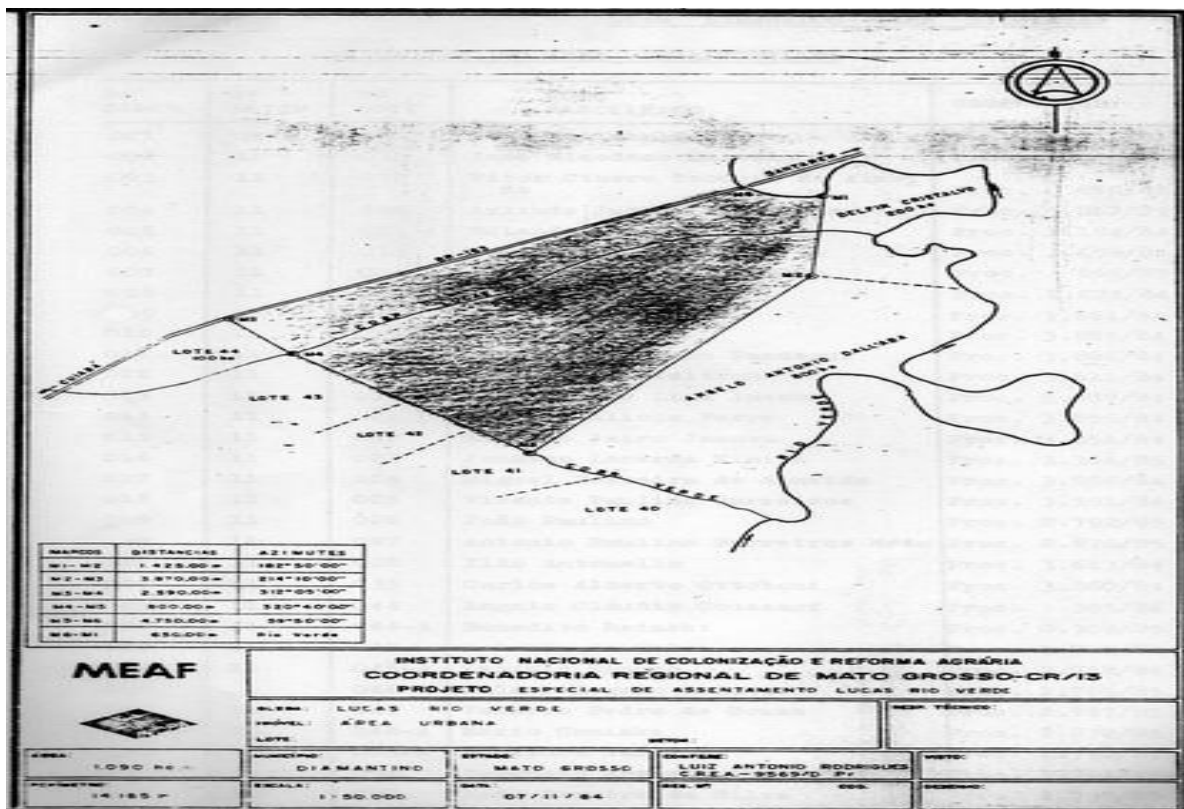


Figura 1: Mapa da área destinada ao assentamento Lucas do Rio Verde – 1984.
 Fonte: INCRA (1984).

Em 1986, o núcleo de Lucas do Rio Verde foi elevado à condição de Distrito de Diamantino e em julho de 1988 alcançou autonomia político-administrativa, tornando-se município, com cerca de 5.500 habitantes. A área do município se consolidou em 3.659,86 km² (0,41% da área de MT), como visto na Figura 1 e em 1989, por meio Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD), seu perímetro urbano foi delimitado com uma área de 1.405,024 ha e é circundado pelos municípios de Sorriso, Nova Mutum e Tapurah.

3.3 Reconfiguração fundiária e produtiva do município de Lucas do Rio Verde

Ao apresentar o município de Lucas do Rio Verde-MT, a reconfiguração fundiária é um tema fundamental para entender como se processou a ocupação efetiva do solo para sua produção, o que repercute nos aspectos sociais do território.

A Tabela 1 mostra como a ocupação do solo se apresentava em meados da década de 2000 no município e os municípios da Microrregião Alto Teles Pires.

Tabela 1 – Estruturada fundiária de Lucas do Rio Verde e municípios da Microrregião Alto Teles Pires – 2006.

MICRORREGIÃO ALTO TELES PIRES	(-) de 10 ha		De 10 a (-) de 100 ha		De 100 a (-) de 1000 ha		De 1000 a (-) de 2500 ha		De 2500 ha e (+)	
	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)	Nº Est.	Área (ha)
Ipiranga do Norte	22	79	133	8.928	121	46.675	34	54.559	24	158.110
Itanhangá	357	1.045	125	7.266	1016	113.409	26	38.994	21	129.933
Lucas do Rio Verde	45	187	53	1.661	135	59.158	47	72.691	17	123.509
Nobres	36	174	209	9.760	150	36.945	17	26.536	18	89.219
Nova Mutum	19	85	399	16.944	151	66.042	57	89.512	53	411.024
Nova Uiratã	10	56	544	34.665	177	50.446	50	82.085	69	723.895
Santa Rita do Trivelato	0	0	3	0	40	14.668	25	37.074	16	105.184
Sorriso	105	416	349	10.293	270	118.600	130	205.528	90	428.533
Tapurah	3	0	23	1.152	105	45.238	41	64.559	19	101.627
TOTAL	597	2.042	1838	90.669	2165	551.181	427	671.538	327	2.271.034

Fonte: dados da pesquisa (2014) a partir de IBGE (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006).

A Tabela 1 mostra que o número de estabelecimentos agropecuários de 100 a 1.000 hectares ainda se apresentava com maior intensidade do que os demais, quando censitados em 2006. Contudo, a quantidade de áreas de terras nas propriedades acima de 2.500 hectares é significativa, quando das 17 propriedades, a área era de 123.509 hectares, ou seja, uma média de 7.265,24 hectares por propriedade. Do outro lado, o volume de terras com até 10 hectares era apenas de 187 hectares distribuídos em 45 propriedades, o que equivale a uma média de 4,15 hectares por propriedade, mostrando a tendência à concentração fundiária do município.

Este fato mostra que as propriedades com prática de agricultura familiar em estabelecer posseiros conforme o PAC Lucas do Rio Verde previa inicialmente, em mais de 65.000 hectares distribuídos em lotes de 200 hectares já não mais se sustenta no município e microrregião. Ou seja, a estrutura produtiva da terra, hoje, se sustenta em uma agricultura empresarial oportunizada pela grande propriedade, favorável a internacionalização da economia, como mostra Chiovetto (2014).

Essa reconfiguração territorial aliada à modernização da agricultura repercutiu também no fluxo populacional do município, que foi ao encontro ao crescimento do Estado de Mato Grosso, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 – População e taxa de crescimento populacional de Lucas do Rio Verde e Mato Grosso – 1991 a 2010.

Ano	Lucas do Rio Verde	% cresc. Pop. Lucas do Rio Verde	Mato Grosso	% cresc. Pop. Mato Grosso
1991	6.693	-	2.027.231	-
1996	12.505	86,84	2.208.665	8,95
2000	19.316	54,47	2.504.353	13,39
2007	30.741	59,15	2.854.642	13,99
2010	45.556	48,20	3.035.122	6,32

Fonte: dados da pesquisa (2014) a partir de IBGE-CIDADES (2014).

Estes dados vêm reforçar que a reconfiguração territorial e da agricultura contribuíram para o processo de desenvolvimento do município de Lucas do Rio Verde e de Mato Grosso. Elias (2003) afirma que as cidades desenvolvem-se atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. As novas relações entre a cidade e o campo, impostas pela agricultura moderna, representam um papel fundamental para a expansão da urbanização e para o crescimento das cidades. Elias (2007) também comenta que a produção agrícola e agroindustrial modifica o entorno, pois fornecem aportes técnicos, financeiros e de mão de obra para a sua existência, influenciando a área urbana por meio da estruturação do setor terciário.

Santos (2008) designa esse processo como cidades do campo, pois não só o campo é dependente da cidade, mas também vice-versa. Essa relação campo-cidade é vista de forma pontual no início da década de 2000, quando a estruturação das atividades econômicas se repercute no espaço, territorializando-o.

A produção agrícola impulsiona o setor industrial que impõe a ampliação de atividades produtivas urbanas ligadas ao setor terciário da economia, apresentado pelo Valor Adicionado Bruto de Lucas do Rio Verde e do Mato Grosso ao final de 2010, como apresentado na Tabela 3, mostra como a reconfiguração produtiva se apresentava ao final da primeira década de 2000. Observa-se que o VAB Serviços ainda era significativo no município, como no Estado, enquanto o VAB Agropecuário do Mato Grosso representava 86,47% do VAB Serviços, sendo que em Lucas do Rio Verde a representação era de 28,86% do VAB Agropecuário sobre o de Serviços.

Tabela 3 - Valor Adicionado Bruto (VAB) de Lucas do Rio Verde e do Mato Grosso – 2010.

	VAB serviços per capita (R\$ de 2010)	VAB agropecuário per capita (R\$ de 2010)	PIB per capita (R\$ de 2010)
Lucas do Rio Verde	17.303,78	4.993,50	36.260,56
Mato Grosso	1.123.211,05	971.272,20	2.709.769,49

Fonte: dados da pesquisa (2014) a partir de IBGE (2010).

O percentual de representação agropecuária do município ainda era menor que o de serviço pelo fato que até meados de 2000, o Estado de Mato Grosso estava iniciando sua trajetória econômica produtiva no setor agrícola, mas com a chegada de novos agentes econômicos, associados às redes agroindustriais requereu ampliação e modernização das infraestruturas. Após o período, o município partiu definitivamente para a verticalização da sua economia, ou seja, produz matéria-prima e incentiva o setor industrial e comercial para aproveitar a produção local, ampliando suas atividades.

A característica do desenvolvimento econômico do município de Lucas do Rio Verde é um projeto que promove o setor primário baseado na agricultura de precisão, o que alavanca a economia do município (Tabela 3) fortalecido pela expansão da soja de forma integrada a outras atividades produtivas, como o esmagamento de grãos utilizados para geração de biocombustíveis, quanto na fabricação de insumos, como ração para alimentação animal, mostrado na Tabela 3 no VAB Agropecuário *per capita*, representando apenas 28,86% do VAB Serviços *per capita* do município.

Este fato é apontado por Aracri (2010), quando mostra que a instalação de agroindústrias processadoras em Mato Grosso veio com inovações tecnológicas, no uso de informática e na automação de processos, vindo de encontro à competitividade e redução de custos, por meio de acesso a matéria prima mais barata, como a produção de insumos na alimentação de animais vindos principalmente da soja e do milho. Nesta premissa, a consolidação desse processo se deu com a implantação da Brasil Foods, atraindo para o município dezenas de empresas dos mais diversos ramos de atividade, assim como trabalhadores do país.

O município implantou o sistema produtivo baseado na integração vertical, principalmente com a produção de grãos como soja, milho e a suinocultura; essas matérias-primas têm ocupado lugar de destaque na matriz produtiva do agronegócio luverdense. Essa situação se deve não só pela sua dinâmica interna, mas também por possibilitar a parceria produtiva entre esses segmentos e gerar divisas no mercado externo

(GONÇALVES; PALMEIRA, 2006).

A ocupação do território norte mato-grossense tem a agricultura e as empresas do setor responsáveis pelo deslocamento e pela concentração da população em determinados lugares, quando atuam na mobilidade geográfica da população para satisfazer suas necessidades de mão de obra do setor.

Esta mobilidade populacional e movimento impulsionado pela implementação das políticas públicas de ocupação do território é visto no município de Lucas do Rio Verde e dos demais que compõem a Microrregião Alto Teles Pires (Tabela 4).

Tabela 4 - População dos municípios da Microrregião Alto Teles Pires - 1970 a 2010.

MRG	Município	1970	1980	1991	1996	2000	2007	2010
ALTO TELES PIRES	Ipiranga do Norte*						4.129	5.123
	Itanhangá*						4.703	5.276
	Lucas do Rio Verde*			6.693	12.647	19.316	30.741	45.556
	Nobres	5.692	13.441	15.174	15.266	14.983	14.862	15.002
	Nova Mutum*			5.542	8.388	14.818	24.368	31.649
	Nova Ubiratã*					5.654	7.782	9.218
	Santa Rita do Trivelato*						2.478	2.491
	Sorriso*			16.107	26.711	35.605	55.134	66.521
	Tapurah*			7.323	8.816	11.561	10.478	10.392
População Total		5.692	13.441	50.839	71.828	101.937	154.675	191.228

Fonte: Chioveto, Piffer e Orlandi (2013, p. 17) adaptado do IPEADATA (vários anos).

*municípios criados a partir da data.

Se observa que de 1991 a 2010, a população de Lucas do Rio Verde cresceu em torno de 7 vezes mais: saiu de 6.693 para 45.556 pessoas em 2010. Contudo, já em 2007 a população apresentava um crescimento de 62,86% se comparado a população censitada em 2000, quando as primeiras agroindústrias começam a construção de suas plantas industriais. Deste período (2007) a 2010, ou seja, em 3 anos, o crescimento da população foi de 67,48%, ficando atrás apenas do município de Sorriso (Tabela 4).

Contudo, a industrialização não é, necessariamente, o sinônimo de progresso e desenvolvimento. Há uma ilusão que o desenvolvimento está ao alcance de todos, que deflagrará em um processo de possíveis oportunidades, inclusão econômica e social. À medida que se torna mais evidente o colapso desse conceito, buscam-se novos modelos de desenvolvimento.

Talvez seja tempo para começar a criar novas alternativas ao desenvolvimento, pois o modelo de exclusão territorial e econômica definida em muitas cidades brasileiras e

representada no município de Lucas do Rio Verde não dá suporte ao um processo de desenvolvimento pautado na sustentabilidade socioeconômica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o presente estudo teve por objetivo investigar e analisar o processo de ocupação e reconfiguração territorial do município de Lucas do Rio Verde, originário de projetos de colonização pública da década de 1980, configurada por peculiaridades históricas que envolveram a implantação de seu projeto de colonização e pelo dinamismo econômico gerado por esse processo, algumas considerações se apresentaram na pesquisa.

A primeira consideração peculiar se deu a partir de seu projeto de colonização, onde Lucas do Rio Verde esteve inclusa nos programas federais de acesso às terras, o que não representou no município e região, uma distribuição de terras em favor do pequeno proprietário. O acesso facilitado às políticas do Governo Federal oportunizada pelos juros subsidiados e benefícios previstos na lei, possibilitou o acesso e a concentração de terras. Desse modo, o governo desenvolveu uma ação política cujo papel determinante foi a destruição das oportunidades de reprodução da pequena agricultura familiar, conferindo à luta pela terra um papel histórico de resistência camponesa contra o desenvolvimento capitalista (MARTINS, 1986).

A segunda consideração refere-se a interligação regional pelos modais de transporte planejados pelo governo federal como papel fundamental para os avanços econômicos da região e para o município de Lucas do Rio Verde incluso na Microrregião Alto Teles Pires. Dentre as consequências, as positivas foi o aumento migratório da população oriunda de outras regiões do país, o que favoreceu a ocupação dos espaços até então “vazios”. Como o aumento populacional ocorreu pela propagação de acesso às terras produtivas e após, a oportunidade de trabalho e emprego, as empresas se implantaram, em especial a do setor agroindustrial. Para dar suporte a este novo setor econômico, as propriedades agrícolas se reestruturaram, com manuseio produtivo tecnificado, o que propulsiona maior custo de produção. Nisto, a concentração fundiária se acentua, haja vista que as pequenas propriedades agrícolas não dão suporte econômico para as demandas internacionais.

Porém, não se pode esquecer que as políticas macroeconômicas, dentre ela as agrícolas, tendem a ser cada vez menos identificados como problemas rurais e não se



resolvem apenas no campo ou na cidade. Isso implica que a progressiva reconversão da agricultura brasileira não poderá se efetivar de forma independente da matriz global do desenvolvimento. Resulta daí que qualquer projeto desenvolvimento para o conjunto não terá vigência nem se consolidará sem que se inicie desde logo, um processo orientado de ajustamento das políticas macroeconômicas e agrícolas.

As decisões e mudanças não dependem somente da vontade do indivíduo, nem é resultado de uma determinação maior, mas são construídas aos poucos em função dos movimentos e posições de um todo.

REFERÊNCIAS

ARACRI, L.A. dos S. A expansão do meio técnico-científico-informacional e a difusão das tecnologias de informação na cadeia carne/grãos em Mato Grosso. In: BERNARDES, J.A.; ARACRI, L. A. dos S. (Orgs). **Espaço e circuitos produtivos: a cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2010.

BENCHIMOL, S. I. **Desenvolvimento sustentável da Amazônia: Cenário, perspectivas e indicadores**. Manaus: Valer, 2002

BRASIL. Planalto. Presidência da República Federativa do Brasil. **Amazônia Legal**. [2009?]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/QUADRO/1960-1980.htm>. Acesso em: 18 mai. 2012.

CAVALCANTE, M.; FERNANDES, B. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. **Revista NERA**, Presidente Prudente: UNESP, ano 9, n.8, p. 109-121, jan./jun.2006.

CHIOVETO, M. O. T. **Desenvolvimento rural no Mato Grosso e seus biomas**. 2014. 243 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Toledo: UNIOESTE, 2014.

CHIOVETO, A. T.; PIFFER, M.; ORLANDI, M. Agroindústria Pecuária no Mato Grosso: Um estudo nas microrregiões Alto Teles Pires e Sinop. Anais... 51º Congresso da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural). Belém: UFPA, 22 a 26 de novembro de 2013.

CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: UEPG, v. 5, n. 2, p. 39-56, jul. 2000.

DLUZNIEWSKI, L. **Do Cerrado estéril nasce uma terra de oportunidades**. Expolucas 2006. G&P. Lucas do Rio Verde: Gráfica Regente, 2006.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP**. São Paulo: USP, 2003.

ELIAS, D. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERREIRA, J. C. V. **Mato Grosso e seus municípios**. Cuiabá: Secretaria de Estado da Cultura, 1997.

GONÇALVES, R. G.; PALMEIRA, E. M. Suinocultura brasileira. In: **Observatorio de la Economía Latino americana**, n. 71, 2006. Disponível em:<<http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>>. Acesso em: 21 mar. 2011.

HAESBAERT, R. Região, diversidade territorial e globalização. **Revista GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense: UFF, v.1, n. 1, p.15-39, 1999.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais.... X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, 20 a 26 de março de 2005.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. In: **Revista Etc..., espaço, tempo e crítica**. Rio de Janeiro: UFF, v. 1, n. 4, p.39-52, 15 ago. 2007.

HIGA, T. C. S. A reordenação do território. In: MORENO. G.; HIGA, T. C. S (Orgs). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. 2006. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/>. Acesso em: 10 out. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Lucas do Rio Verde**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=510525&search=mato-grosso|lucas-do-rio-verde|info%20ricos:-evolu%20populacional-e-pir%20mide%20ria>>. Acesso em: 01 dez.2014.

LACERDA, N. P. **Meio ambiente, desenvolvimento e seus efeitos na Amazônia mato-grossense: caso Sinop**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT. Cáceres, Mato Grosso. 2008.

LIMONAD, E. Brasil século XXI: regionalizar para que? Para quem? In: LIMONAD, E., HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Orgs.). **Brasil século XXI por uma nova regionalização: agentes, processos e escalas**. São Paulo: Max Limonad, 2004, pp.54-66.

MARTINS, J. de S. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Etc... espaço, tempo e crítica**. Rio de Janeiro: Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas. v.1, n.3, p.1-20, Jun. 2007.

MORENO, G. Políticas e estratégias de ocupação. In: MORENO. G.; HIGA, T. C. S (Orgs). **Geografia de Mato Grosso: território, sociedade e ambiente**. Cuiabá: Entrelinhas, 2005a,

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papirus, 1987.

OLIVEIRA, F. A reconquista da Amazônia. In: D'INCAO, M. Â.; SILVEIRA, I. M. da. **Amazônia e a crise da modernização**. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém- Pará, 1994.

OSADA, N. M. Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais. Carta Asiática. (Artigos). **PRODECER**: projetos no Cerrado e dívidas agrícolas. 1999. Disponível em: <http://www.nupri.prp.usp.br/nupri/cartasia_indice.htm>. Acesso em: 20 mar. 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, B. N. **Em qualquer chão**: sempre gaúcho! A multiterritorialidade do migrante "gaúcho no Mato Grosso. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

SANTOS, M. Los espacios de la globalización. GEOGRAFÍA. 1993. Madrid. In: **Anales...** Madrid: Universidad Complutense, n. 13, Ed. Comp., p. 69-77, 1993.

SANTOS, M. O lugar: encontrando o futuro. **Revista RUA**. Revista de Urbanismo e Arquitetura, São Paulo: USP, v. 4, n.1, p.1-20, jan./jun. 1996.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2008. (Coleção Milton Santos, 1).

SCHALLENBERGER, E.; SCHNEIDER, I. E. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. In: **Sociologias**. Porto Alegre: UFRGS. Ano 12, n.25, p. 202-222, set./dez. 2010.

SILVEIRA, M. L. Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. In: **Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, v. 15, n. 01, p.4-12, Jan./dez. 2011.

THÉRY, H. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA/USP, v.19, n.53, p.37-49, jan./abr. 2005.

YOKOTA, P. "**Fragmentos sobre as Relações Nipo-Brasileiras no Pós-guerra**". Rio de Janeiro: Top books; São Paulo: Bolsa de Mercadorias & Futuro, 1997.